

Ata da 29ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 24 dias de julho de 2018, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos (TGM), equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a vigésima nona reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Abertura do edital Capoeira Viva Salvador; Encerramento do edital Fábrica de Musicais; Resultado final de habilitação do edital Gregórios; Importância de verificação dos e-mails; Reunião da Comissão SALTUR ao final da oficina com a consultoria; 2) Revisão dos representantes do CMPC nas comissões dos editais; 3) Apresentação do Diagnóstico Cultural pela empresa Cria Rumo; 4) Oficina de sensibilização do PMC e apresentação do instrumento de sistematização do diagnóstico pela consultoria; 5) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Eduardo Lopes dos Reis (Pau da Lima); Eliaide Matos Cardoso (Cabula/Tancredo Neves); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Evandro Ramos dos Santos (Cidade Baixa); Ian Mariani de Oliveira (DGPB); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo França de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Salete Batista Araújo Silva (Centro/Brotas) e Eduardo Nascimento Matos (Circo). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Gustavo dos Santos Assis (Valéria); Ivam da Silva Almeida (Subúrbio/Ilhas); Marcos Dias (Teatro); Fernando Sergio Barbosa Teixeira (FMLF) na condição de titulares; Isa Maria Faria Trigo (Cabula / Tancredo Neves); Cristina Maria Alves de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Marcos Paulo Viana (Cidade Baixa) e José Marcelo Rios Santos (Música). O Presidente iniciou a reunião e convidou o Assessor Técnico da FGM, Plutarco Drummond, para iniciar os informes. Ele informou que o edital Gregórios é voltado a projetos estruturantes, sendo que foram inscritos 101 projetos, dos quais 87 foram habilitados por terem cumprido todas as exigências documentais e naquele momento eles estavam na etapa de avaliação e seleção com a comissão de gestores e artistas notáveis de Salvador, sendo prática da FGM convidar comissão externa para fazer a avaliação. Disse que o resultado deveria ser divulgado na primeira semana de agosto. Destacou que os projetos deveriam ter o custo de até 200 mil reais, sendo que o edital disponibilizaria o montante de 1,4 milhão de reais, e os projetos deveriam ser executados a partir de setembro. Lembrou que o Conselheiro José Carlos Novaes estava representando o CMPC na fiscalização e acompanhamento do trabalho da comissão. Plutarco Drummond explicou que o edital Fábrica de Musicais também era um edital voltado a projetos estruturantes “de maior musculatura” e para empreendedores culturais mais consolidados, mais experientes, capazes de executar um projeto estruturante da ordem de 600 mil reais que visasse implantar no município de Salvador um núcleo de produção

de teatro musical, com formação artística técnica, com intercâmbio com profissionais destacados no cenário nacional e até internacional e a produção temporária de um espetáculo musical com todas as características que ele possui dentro da linhagem do teatro. Informou que só foram inscritos 8 projetos e eles estavam sendo examinados em sua parte documental dentro da fase de habilitação, em seguida a avaliação seria feita por uma comissão formada por pessoas especialistas nesses gêneros de teatro que não eram sequer de Salvador, mas do Rio de Janeiro, São Paulo, enfim. Explicou que a FGM optou por fazer uma comissão de fora, como era o caso do edital Arte na TV, que os notáveis e especialistas do audiovisual estavam de fora de Salvador por conta da setorização, do recorte muito apertado desses editais. Informou que o projeto selecionado deveria começar a ser executado em outubro no Teatro Gregório de Mattos. Em seguida, o Assessor Técnico da FGM informou que o edital Capoeira Viva estava com inscrições abertas até o dia 27 de julho e que seriam premiadas 9 propostas de grupos, associações ou mestres da Capoeira de Salvador, sendo que cada prêmio equivalia a 20 mil reais, podendo participar associações, pessoas físicas ou microempreendedores individuais (MEI). Anunciou que no dia 1 de julho aconteceria no Teatro Gregório de Mattos uma oficina de orientação e preparação para a elaboração das propostas com enfoque no edital Capoeira Viva, principalmente porque ele tinha alcance mais comunitário, pois nem sempre as pessoas tinham a *expertise* de elaborar uma proposta dentro dos padrões mínimos necessários para que a FGM pudesse contemplar, diferente dos outros editais voltados para setores mais profissionalizados do mercado cultural. Informou que não seria necessário fazer inscrição para participar da oficina, sendo que a pessoa deveria ir ao teatro, chegar meia hora antes, às 18 horas do dia 1 de julho. Disse que a FGM contava com os Conselheiros na divulgação da oficina para o pessoal da Capoeira, pois era específico para a manifestação cultural e não era para todo e qualquer agente cultural, mas para pessoas que tivessem uma relação com o universo da Capoeira, como mestres, escritores, capoeiristas praticantes, associações, grupos formalizados e não formalizados representados por pessoas físicas ou jurídicas (MEI), não importava. Reforçou que teria que ser do campo da Capoeira porque se tratava de um edital de salvaguarda, todo focado no Plano Municipal da Salvaguarda da Capoeira, assim como o edital do Samba Junino também era um edital de salvaguarda e setorial, ou seja, o edital de Capoeira tinha a mesma “pegada” de patrimônio. Reforçou que os interessados na oficina deveriam comparecer meia hora antes e explicou que nas outras oportunidades a FGM abria inscrições prévias e exemplificou que se fossem abertas 50 vagas se inscreveriam 60 pessoas, apareceriam 40 e se perdiam 10 vagas, sendo que a FGM não tinha como saber se a pessoa realmente iria cumprir, pois a inscrição foi gratuita. Assim a FGM decidiu fazer as oficinas abertas, podendo comparecer quem quisesse e quem fosse seria atendido. Depois o Assessor Técnico da FGM informou que o edital Salvador Filmes iria selecionar empresa de audiovisual que iria fazer a gestão do Escritório de Fomento ao Audiovisual em Salvador, iria lançar editais, fazer formação na área do audiovisual, implantar cineclubes nos territórios culturais de Salvador, fazer edital de fomento, promover intercâmbio, ou seja, realizar uma série de ações de fortalecimento da cadeia produtiva do

audiovisual que seriam gestadas pelo escritório que funcionaria na FGM, mas as ações seriam desenvolvidas por especialistas do setor que seriam selecionados através do edital. Ressaltou que o edital dependia de uma articulação que estava sendo empreendida com a Agência Nacional de Cinema (Ancine), com o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), tendo recursos da Prefeitura de Salvador e do FSA. Informou que o edital abriria em julho, mas seria adiado para agosto porque a FGM estava aguardando algumas decisões com relação ao edital. Depois destacou que o Viva Cultura era o programa de incentivo fiscal, sendo que a renúncia fiscal da Prefeitura era na ordem de 5,5 milhões para projetos culturais que dialogassem com o mercado, ou seja o setor econômico, e obtivessem a intenção de patrocínio de empresas que pagam Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU). Explicou que o programa era equivalente ao FazCultura estadual e à Lei Rouanet nacional, só que no plano municipal. Destacou que as inscrições para o Viva Cultura estavam abertas desde março e iriam até 31 outubro e era um chamamento público para receber propostas. Informou que alguns projetos foram inscritos, mas não habilitados por conta das exigências da legislação, sendo que dois projetos de grande porte foram habilitados, passaram pelos pareceristas e seriam encaminhados para a comissão específica desse mecanismo de fomento, que é a Comissão de Avaliação de Projetos Culturais (CAPC), na qual o Conselheiro Elias Pereira representava o CMPC, sendo Leonardo França o seu suplente. O Presidente perguntou aos Conselheiros se ficou alguma dúvida sobre os editais, lembrou que no município existem diversos grupos e associações de Capoeira e era uma oportunidade levarem isso aos territórios e falar sobre o edital Capoeira Viva Salvador. Voz não identificada manifestou dúvidas, disse que leu com cuidado o edital Fábrica de Musicais e afirmou que dirigiu um espetáculo naquela casa durante um ano, exemplificou que o diretor Paulo Dourado dirigiu vários musicais e outros diretores dirigiram musicais na cidade. Mencionou que o edital dizia que era necessário trazer gente de fora para os editais musicais porque em Salvador não teria pessoas gabaritadas para fazer os editais para musicais. Disse que leu o edital porque tinha interesse em propor. Afirmou que queria entender exatamente o que faltava e perguntou como não tinha gente gabaritada na cidade na área de Audiovisual e para o edital de musicais. Declarou que não havia entendido essa parte do edital e que só queria um esclarecimento, não queria discutir o edital. Plutarco Drummond respondeu que o edital do Audiovisual foi feito a partir de uma escuta que foi feita com as pessoas que estão no setor do Audiovisual, através da Associação de Produtores e Cineastas (APC) e outras organizações que congregam a produção do Audiovisual, portanto faziam parte da concepção do edital. Destacou que a FGM tem a prática de ouvir as pessoas antes de elaborar as suas políticas públicas e o órgão não considera para um setor tão reduzido que ele próprio decida sobre um processo seletivo que ele mesmo ajudou a construir por isso o órgão municipal convidou cineastas de outros estados para criar uma situação de maior isenção. Ressaltou que apenas cineastas de Salvador poderiam participar, mas a comissão era de fora. Destacou que o mesmo acontecia com o edital Fábrica de Musicais, que era muito setorizado e os principais diretores de teatro da cidade estavam participando dele.

Ressaltou que se tratava de um universo muito pequeno, com um recorte muito específico da linguagem do Teatro, que era o teatro musical. Voz não identificada disse que não iria prolongar a discussão, mas depois iria pegar o texto que leu do edital e iria fazer uma ponderação por escrito. Jadson Nascimento disse que a Capoeira estava em todas as esquinas, becos e vielas da cidade de Salvador, sendo uma cultura presente na região e declarou que o que o deixava assustado era a diferença de contemplação, pois 9 projetos seriam aprovados com o valor de 20 mil reais. Mostrou respeito aos outros editais, mas destacou que havia uma diferença enorme e perguntou se havia alguma mobilização para que a manifestação cultural fosse valorizada, mesmo que não fosse equiparado, mas que o edital chegasse perto dos 600 mil e contemplasse mais instituições de Capoeira, mais movimentos da cidade de Salvador. Plutarco Drummond respondeu que o Capoeira Viva Salvador era um edital de salvaguarda, um prêmio setorizado, específico e exclusivo da Capoeira e das pessoas que faziam Capoeira, os grupos e agentes culturais da Capoeira, sendo que ela estava em todos os outros editais tanto quanto os interessados quisessem e pudessem participar, mas existia um edital específico de salvaguarda desse patrimônio imaterial chamado Capoeira. Esclareceu que ela poderia estar em todos os editais, como o Gregórios, Fábrica de Musicais, de Audiovisual, Arte Todo Dia, sendo que neste último em todas as edições houve 2, 3 editais de Capoeira que foram aprovados. Portanto o edital Capoeira Viva Salvador era de salvaguarda e um edital a mais que a Capoeira tinha por conta da sua importância e pelo que ela representava para a Cultura de Salvador principalmente. Em seguida o Presidente informou aos novos colegas que estava recebendo algumas mensagens de e-mails e destacou que eles não estavam lendo corretamente ou prestando atenção e acabavam indo para o grupo do Whatsapp, perguntando quem não recebeu, pediu que olhassem os e-mails com carinho, criassem uma pasta específica do CMPC no provedor dos e-mails em que pudessem salvar o que iria chegando para que não ficasse parecendo que os e-mails não foram enviados ou que não receberam ou os Conselheiros foram excluídos porque acabavam confundindo. Mencionou que foi criado um grupo do Whatsapp da comissão da SALTUR e que deveria ter um grupo para a comissão do Plano. Alertou que não confundissem os outros Conselheiros que não estavam participando, pediu que prestassem um pouco mais de atenção e respondessem os e-mails porque alguns e-mails que chegavam pediam que confirmassem o recebimento e eles não liam até o final, não respondendo e depois esqueciam que receberam, que leram, não sabiam onde os e-mails estavam, o que ficava meio confuso. Em seguida, o Presidente solicitou aos Conselheiros que eram membros da comissão da SALTUR que ficassem ao final da reunião para que pudessem bater um papo, dar encaminhamento, ver o que iriam fazer e as propostas que tinham ou não, para que a comissão decidisse e desenvolvesse as atividades. José Marcelo Rios disse que enxergou a pergunta de Jadson Nascimento sobre a Capoeira por outro ângulo e gostaria de fazer a pergunta por esse ângulo para ter esclarecimento. Ressaltou que o edital Fábrica de Musicais estava tratando a Cultura através de uma linguagem específica, que era o musical e nada impedia que dentro do musical houvesse Capoeira, do mesmo modo que nada impedia que nos editais de Capoeira houvesse música, teatro e

outras linguagens que incorporassem em um determinado momento a Capoeira, como o espetáculo “Nunca por Acaso”, em cartaz no Sesc, que era um espetáculo da dança, mas a base de formulação da coreografia era a Capoeira de Angola. Perguntou qual critério era utilizado para valorar quanto se destinaria a uma linguagem, como o musical, ou a uma forma de manutenção de uma Cultura, explicou que essa era a pergunta dentro do ponto de vista dele, qual o critério que fazia a balança pesar mais para um lado e menos para outro. Plutarco Drummond respondeu que a gestão dos recursos não estava distribuída por áreas nem por linguagens, mas estavam realizados seguindo diretrizes da gestão, da intencionalidade do que a FGM entendia que era importante para o desenvolvimento cultural de Salvador como um todo, e ressaltou que o que se tinha nos casos da Capoeira e do Samba Junino era que este era patrimônio imaterial registrado na gestão atual, sendo que não se poderia ter o registro de um patrimônio imaterial e “largar lá”, mas era necessário ter uma política de incentivo, de fomento, de promoção daquela expressão. Já a Capoeira tinha o Plano Nacional de Salvaguarda, sendo que a FGM tinha o compromisso de fazer com que esse plano atingisse as suas metas e o plano de salvaguarda era anexo do edital, logo as ações deveriam estar alinhadas ao plano. Reforçou que Samba Junino e Capoeira poderiam estar em qualquer edital da FGM, mas havia editais específicos em salvaguarda por se tratarem de patrimônio imaterial do Município. Fernando Guerreiro esclareceu que o edital Fábrica de Musicais era uma ideia que estava rodando desde o início da gestão, inclusive a reforma do TGM foi feita pensando-se nisso. Explicou que o Espaço Cultural da Barroquinha foi pensado para ser um grande espaço para as linguagens ligadas à Culturas Negras e o Teatro Gregório de Mattos seria para a criação e produção de musicais. Pediu que entendessem que quando ele falava de musical não estava privilegiando a Música, pois a linguagem do musical envolvia Artes Plásticas, poderia envolver Capoeira, a Dança e Teatro. Declarou que existia uma cobrança muito grande dos profissionais de Salvador que a FGM em algum momento pensasse em algum edital contemplar grupos que tivessem uma estrada muito grande e precisaria de um valor melhor, maior para realizar um trabalho de peso. Pediu que entendessem que isso não era um projeto em si e que se os Conselheiros lessem veriam dentro do edital que ele não estava patrocinando uma montagem, mas estava começando um movimento de construção de uma linguagem de musical na Bahia que era uma coisa que inevitavelmente o Brasil inteiro comentava que não entendia por que a Bahia não produzia musicais. Destacou que havia muito tempo não estreava nenhum musical nem shows folclóricos que desapareceram do mapa e atualmente não se tinha nenhum show folclórico, com exceção do balé ou de uma coisa pequena no Pelourinho, mas desapareceu do mercado. Declarou que o objetivo do edital era trazer essa linguagem de volta e explicou que estava inserindo profissionais de fora porque não se tinha nas áreas técnicas pessoas que entendessem disso na cidade. Perguntou quando a Bahia deu uma disparada imensa e disse que Edgard Santos trouxe para a Bahia no início da década de 70 profissionais de ponta de todas as linguagens e afirmou que se tinha uma mania muito grande de olhar para o próprio umbigo o tempo todo, achando-se que a Bahia tinha tudo. Explicou que a ideia era promover um intercâmbio, já que não se tinha

essa linguagem desenvolvida. Declarou que trabalhava com isso direto e exemplificou a função de operação de microfones para musical sendo que ninguém fazia isso com *expertise* na Bahia, pois era específico; a construção de roteiro de musicais e disse que ninguém sabia fazer direito porque o roteiro de musicais não pode ser como o de uma peça comum, teria que ter *expertise* específica porque a trama tinha que ser mais simples senão as pessoas não entendiam; interpretação para musicais, em que o ator teria que ser mais aeróbico do que o ator convencional, senão ele não chegaria no final, não aguentaria cantar, dançar, interpretar e fazer tudo ao mesmo tempo. Explicou que tudo isso era uma tecnologia própria. Lembrou que o edital incluía uma montagem com 6 meses de trabalho ininterruptos, sendo portanto um valor que bloquearia a pauta do TGM, sendo que o grupo teria que trabalhar no teatro durante 6 meses com intercâmbio, não sendo um trabalho fechado, e estava no edital que o grupo selecionado deveria levar profissionais de Salvador e de fora. Observou que na sua experiência de 5 anos e meio de gestão era muito fácil comentar o valor de um determinado segmento e perguntou se esse segmento estava preparado para o aumento de valor. Afirmou que muitas vezes se colocava um valor muito mais alto pelo segmento e ele não conseguia realizar esse valor. Disse que na experiência que tinha com os editais, principalmente o Arte em Toda Parte, os projetos que mais deram problema foram aqueles de valor mais alto, pois os grupos não conseguiram realizar o valor e afirmou que isso era uma coisa que poderiam rediscutir. Falou sobre o edital Capoeira Viva Salvador e explicou porque decidiram premiar 9 e projetos com 20 mil reais e disse que poderiam ter diminuído pela metade para receber 40 mil reais e surgiu até a possibilidade de se ter apenas um projeto, premiar um grupo só, para estruturar um grande plano de Capoeira na cidade, mas resolveram não fazer isso naquele momento porque existia uma demanda espontânea para projetos pequenos, mas o próximo passo da FGM era colocar um valor específico. Afirmou que o ideal era que eles tivessem esses valores para tudo, aumentasse o valor geral. Insistiu que era necessário ter mais verba para a Cultura. Informou que estava sendo iniciado o processo de avaliação dos projetos inscritos no edital Gregórios, sendo que excelentes projetos ficariam de fora e disse que se tivessem três vezes mais recursos teriam três vezes mais projetos bons e comentou que no início tinham muita dificuldade de selecionar, mas atualmente tinham uma folga impressionante de qualidade, inclusive porque não estava tendo absorção pelo Governo do Estado nem do Governo Federal, então estava tudo sob a Prefeitura. Afirmou que atualmente tinham um resultado muito bom de projetos de qualidade, mas disse que levaria em conta as observações dos Conselheiros com relação à questão do desequilíbrio do valor. Disse que a ideia dele era fazer um espetáculo com profissionais de ponta a ponta “top”, por isso que esses profissionais custavam “caro”, porque manter determinados atores durante 3 meses em uma temporada tinha um valor “x”, portanto queriam fazer um musical que terminasse a temporada e ficasse por mais 1 ou 2 anos em cartaz, ter público e se manter. José Marcelo Rios disse que conhecia alguns mestres de Capoeira que eram excelentes e foram para fora do país porque receberam ofertas de valores mais altas para, inclusive, poderem continuar sua própria vida. Disse que enquanto representante suplente da área de Música não tinha nenhum

interesse de prejudicar, mas estava sugerindo que o desequilíbrio fosse revisto porque antes de trazer pérolas de fora, que ele tinha certeza que valiam muito a pena, haviam pérolas nossas que estavam indo embora e era muito importante mantê-las aqui com uma função digna. Fernando Guerreiro mencionou um dado que não havia colocado, que foi que a média dos projetos de Capoeira era fraca e o que aparecia não estava dando *upgrade*, mas havia repetições sem parar e ressaltou que não trabalhassem com a questão excludente, pois uma coisa não tinha nada a ver diretamente com a outra, pois o fato de trazer um profissional de fora não significava que estavam tomando espaço do profissional de Salvador, muito pelo contrário, iria-se qualificar o profissional daqui para que ele pudesse ganhar muito mais e exercer muito melhor o seu papel. Declarou que não traria um capoeirista de fora, o que seria uma loucura, mas na hora que ele trazia um profissional de fora seria de uma área que supostamente não se tinha o *expertise*. Disse que não traria um percussionista de fora, pois não tinha sentido, mas era preciso entender que a cidade tem carências específicas, tem potencial, mas a base técnica estava confusa, não estava organizada o suficiente para que isso pudesse dar um *upgrade*. O Presidente disse que qualquer dúvida voltariam a consultar a FGM e que ele tinha certeza que a equipe iria explicar de uma forma bem tranquila as dúvidas de todos. Declarou que achava importante os Conselheiros divulgarem o edital da Capoeira para as comunidades e territórios, pois conheciam muitos casos de capoeiristas que faziam trabalho social e os Conselheiros poderiam dar um *start* a eles para que se profissionalizassem de uma forma melhor, chamassem atenção deles assim como foi no processo do samba junino. Em seguida o Presidente citou os pontos de pauta e mencionou o primeiro ponto, que foi a Revisão dos representantes do CMPC nas comissões dos editais. No edital Gregórios, o representante titular era José Carlos Novaes e o suplente era Leonardo França, que confirmaram a atuação. No edital Fábrica de Musicais, a titular era Lucilene Santos e o suplente Robson Santos que havia saído do Conselho e era também o representante titular no edital Salvador Filmes, sendo necessário suprir as 2 vagas e disse que teriam que abrir a votação para saber quem gostaria ser suplente de Lucilene Santos no edital Fábrica de Musicais. A Assessora Estratégica de Gestão da FGM, Viviane Ramos, destacou que a Conselheira não estava presente naquele dia, então seria necessário definir o seu suplente no edital Fábrica de Musicais e um titular para o edital Salvador Filmes no lugar de Robson Santos. No edital Capoeira Viva Salvador o representante titular era Marcos Argolo e o suplente Eduardo Reis, sendo que os dois confirmaram sua atuação. Plutarco Drummond expressou a expectativa de que o Conselheiro representante do Audiovisual se candidatasse a acompanhar o edital Salvador Filmes por ser tão específico, tão setorial, mas ele não havia comparecido. O Presidente sugeriu deliberar que entrassem em contato com ele para saber se ele tinha interesse, já que se tratava da área dele e seria ideal que ele participasse disso, o Conselho então deliberaria sobre isso na reunião seguinte. Perguntou a opinião dos Conselheiros e se alguém tinha interesse de participar do edital. Paulo Hermida perguntou se a ideia era que o Conselheiro representante do Audiovisual ocupasse as duas posições em aberto. Eliaide Cardoso se colocou à disposição para ocupar a posição de representante

suplente do CMPC no edital Fábrica de Musicais, o pleno aprovou. Em seguida o Presidente perguntou se, além do Conselheiro representante do Audiovisual que não estava presente, se alguém tinha interesse em acompanhar o edital Salvador Filmes. Ninguém demonstrou interesse e o Presidente sugeriu que resolvessem o assunto na reunião seguinte com Elismar Lima, que era o representante do Audiovisual. Plutarco Drummond comentou que o papel do Conselheiro na comissão era de acompanhamento e fiscalização e não necessariamente deveria ser da área do Audiovisual para acompanhar a seleção. O Presidente Etenoel Cruz disse que, como não tinha problema, colocava-se à disposição para participar do edital. Plutarco Drummond esclareceu que o Conselheiro deveria acompanhar o processo para fiscalizar a aplicação dos recursos conforme previsto na legislação. José Carlos Novaes reforçou a fala de Plutarco Drummond e disse que estava atuando junto ao edital Gregórios, esteve na reunião, sendo que a comissão julgava os projetos e a função do Conselheiro era acompanhar, participar das reuniões, fiscalizar, ver se estava tudo bem. Disse que na última reunião que participou tudo aconteceu tranquilamente e destacou que não era nada tão complicado. O Presidente informou que participou do edital Arte Todo Dia e ele não tinha problema de participar do edital Salvador Filmes, defendeu que aquela era a função dos Conselheiros, estavam ali para isso e ressaltou que era muito importante que os Conselheiros participassem porque esclareceriam as dúvidas sobre a questão dos processos dos editais. Declarou que todo processo que acompanhou do edital Arte Todo Dia foi perfeito e ele não tinha nada a declarar negativamente e ratificou que era necessário que os Conselheiros se colocassem, pois não adiantava ir às reuniões e participar apenas delas, mas a participação deles era interessante para levar para as pessoas que estavam nos territórios ou nos segmentos o *feedback* sobre o processo, para que depois não dissessem que o processo estava errado. Disse que se não houvesse ninguém disponível, não houvesse problema no regimento e se os demais Conselheiros não achassem errado se colocava como candidato para ser o representante titular do CMPC no edital Salvador Filmes. Leonardo França perguntou qual o prazo de abertura do edital, afirmou que estava meio atolado de trabalho, mas disse que achava que conseguia se candidatar como suplente. Plutarco Drummond respondeu que estava previsto que o edital fosse lançado na primeira quinzena de agosto e teria 45 de inscrição, sendo que a comissão de avaliação e seleção começaria a trabalhar no final de setembro ou início de outubro. O Presidente perguntou quem achava que a escolha do representante do CMPC no acompanhamento do edital Salvador Filmes deveria ser discutido na reunião seguinte. Fernando Guerreiro sugeriu que deixasse para a reunião seguinte para saber se o representante de Audiovisual tinha interesse e disse que era para entrar em contato com ele logo. O Presidente comprometeu-se a entrar em contato com Elismar Lima e disse que colocaria no grupo a posição dele. Em seguida, o Presidente convidou os representantes da empresa Cria Rumo para apresentar o Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural de Salvador. Viviane Ramos informou aos que ainda não conheciam que Ernesto Ribeiro era o responsável da empresa que elaborou o Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural de Salvador em 2017 e naquele dia ele havia levado uma apresentação, um breve

resumo, iria falar um pouco sobre o processo de construção e elaboração do diagnóstico, como foi a participação da sociedade civil no processo e levou também um breve resumo dos resultados obtidos a partir de entrevistas, oficinas e das atividades que foram realizadas. Ernesto Ribeiro disse que era um prazer voltar para aquele fórum e disse que esteve nas reuniões do CMPC algumas vezes no ano de 2017 e na gestão anterior. Declarou que elaborar o Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural de Salvador foi um desafio incrível, muito grande, sendo que ele relataria alguns desafios dentro desse grande desafio quando ele comesse a apresentar alguns slides. Afirmou que fizeram questão de fazer o processo participativo, sendo que visitaram cada um dos 10 territórios da cidade e disse que estava vendo alguns Conselheiros que estiveram em reuniões com ele, como Ian Mariani, Angelice Batista, Leonardo França, Ivam Batista, entre outros. Comentou que houve uma quantidade bastante representativa de pessoas que participaram da coleta de informações que foi feita em cada um dos territórios. Ernesto Ribeiro informou que foram feitas 11 oficinas em 9 territórios porque juntaram Cajazeiras com Valéria e uma foi feita naquele espaço (TGM) com representantes das linguagens culturais e outra no Conselho Consultivo de Patrimônio. Declarou que o primeiro desafio estava no nome do projeto, que era fazer o Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural de Salvador e só por aí já era um desafio realmente tremendo. Citou o prazo e disse que quem participa de editais de licitação e termo de referência tem que seguir o cronograma, tem as atividades a serem desenvolvidas já previstas no termo de referência, ou seja, quando uma empresa entra no processo de licitação tem que cumprir aquilo que está previsto na licitação. Afirmou que o que agregaram à conduta e a metodologia utilizada dentro do projeto foi a questão de ir para os bairros, fazer uma coisa participativa e ouvir o número máximo possível de pessoas. Informou que foram envolvidos 12 profissionais de *expertises* complementares, como historiador, museólogo, turismólogo, produtor cultural, sociólogo, antropólogo, uma turma bem multidisciplinar para que na redação do documento pudessem ter pessoas com visões mais diversas. Em seguida, o consultor informou que a primeira etapa foi de leitura, de coleta de informações, dados secundários que já haviam sido trabalhados, como documentos, diagnósticos setoriais que já existiam em Salvador, documentos mais diversos, sendo que receberam da FGM uma lista enorme de documentos. Disse que a cada entrevista que era feita as pessoas faziam questão de recomendar outros documentos muito importantes sobre a Cultura de Salvador. Informou que catalogaram 79 documentos consultados. Disse que a orientação da empresa sempre foi de fazer um trabalho que fosse muito útil e não um documento enorme que ninguém conseguisse ler, com uma série de informações teóricas, mas a ideia era fazer uma espécie de um filme ou um retrato da situação da Cultura de Salvador, visualizando as 39 linguagens que estavam previstas no edital que ele concorreu vezes os 10 territórios culturais de Salvador. Outra questão sobre o documento era que ele fosse, além de representativo da verdade do Município, fosse também propositivo, assim concluíram com um documento maior do que esperavam e disse que conversaram com Viviane Ramos e Plutarco Drummond no início que o documento deveria ter 80 páginas e terminou com 160 páginas, pois com tantas informações coletadas ficou difícil

excluir coisas importantes. Disse que às vezes até no processo de construção de um documento como aquele excluía informações importantes e depois sentiam falta e tinham que trazer de volta. Mencionou que os Conselheiros receberam o documento por e-mail que foi baseado nessas 3 etapas: leitura do documento; consulta às pessoas que moravam e produziam Cultura em Salvador, na medida do possível, pois em uma cidade como Salvador com 3 milhões de habitantes era impossível fazer um documento como aquele com todos os moradores. No entanto, a consultoria foi nos bairros conversar com as pessoas interessadas e que souberam dar informações. Disse que tinha uma questão muito importante quando se convidava para uma oficina participativa, o primeiro sinal de que as pessoas ficavam sabendo, recebiam a mensagem pelo Whatsapp ou pelo e-mail, a informação circulava nos territórios ou nas linguagens culturais, e isso já fazia parte do diagnóstico. Exemplificou uma situação na qual se convidassem 100 pessoas e só aparecessem 4 já podiam delinear que a comunicação ali não funcionava muito bem. Declarou que conseguiram bastante pessoas nas oficinas, sendo que a maior de todas foi a de Cajazeiras e Valéria, sendo riquíssima. Informou que as 11 oficinas obtiveram 326 participantes com muita informação. Disse que fizeram um formato leve em reuniões de trabalho que duravam 4 horas, sendo que quem foi para as reuniões participativas de um diagnóstico estava querendo trabalhar, então a cidade pôde, durante 4 horas, trabalhar junto com a consultoria, responder perguntas, dar opiniões, e a consultoria ia catalogando todas as informações que iriam surgindo para que no final fizessem um extrato, com a opinião das pessoas que produziam Cultura nos territórios. O consultor informou que, além das pessoas que participaram das oficinas participativas, fizeram 73 entrevistas individuais, nas quais tinham um roteiro bem estruturado de questões e as pessoas que entendiam bastante daquela área nos territórios ou nas linguagens trouxeram um bocado de informações que a consultoria catalogou para que se chegasse ao documento final. Além disso, o consultor informou que, por sugestão da FGM, fizeram um formulário pela internet contendo um questionário, sendo que ao término de cada oficina eles divulgaram o endereço para que caso alguém soubesse de um amigo, um parceiro de linguagem cultural que não tivesse podido comparecer às oficinas pudessem contribuir, sendo que foram respondidos 47 formulários *online*. Ernesto Ribeiro informou que no total foram consultadas 446 pessoas da cidade sobre o desenvolvimento cultural de Salvador. Salientou que muitas vezes as informações eram concatenadas e se somavam e outras vezes as informações eram conflitantes. Ressaltou que esse era o segundo desafio: receber muitas informações de 79 documentos e 446 pessoas, conseguir juntar isso tudo e chegar a um documento que fosse ordenado logicamente do começo ao fim. Disse que o levantamento do diagnóstico que a empresa fez respondia a 3 objetivos: a) Traçar um panorama da realidade cultural de Salvador em termos de linguagens e territórios; b) Identificar as principais potencialidades e fragilidades para o desenvolvimento da área cultural em Salvador e c) Contribuir na proposição de ações para o desenvolvimento Plano de Cultura de Salvador. Informou que o trabalho foi desenvolvido de junho a setembro, com cronograma até novembro para revisão do documento e tinha um objetivo fundamental que foi contribuir com a elaboração do Plano

Municipal de Cultura (PMC). Disse que entendia que o diagnóstico era um material de leitura para os que iriam contribuir com a elaboração do PMC. Destacou que o diagnóstico apresentava algumas potencialidades e fragilidades, algumas linguagens mais importantes, bem como algumas sugestões para que a Cultura de Salvador seguisse o caminho mais facilitado. Apresentou quadros contendo as potencialidades, fragilidades, sugestões, relação das linguagens e setores predominantes da cidade e informou que o documento final possuía quadros de cada território separadamente. Ernesto Ribeiro indicou que as potencialidades identificadas foram: Matriz africana; Linguagens e manifestações ricas e variadas; Diversidade, singularidade e miscigenação cultural; Relevância do patrimônio material e imaterial; Extenso calendário de eventos culturais; Qualidade da produção cultural, seus artistas e profissionais; Agentes culturais famosos no Brasil e no mundo; Atributos históricos, patrimoniais e artísticos; Histórias cotidianas e do imaginário; Importantes centros de formação; Relevância econômica de algumas linguagens culturais e Grande fluxo turístico. O consultor destacou que Cultura e Turismo andam juntos quando possível, sendo que Salvador é um destino turístico cultural e isso poderia ser muito mais aproveitado e ressaltou a necessidade de qualificar os fluxos turísticos desejados, revelar a Cultura local para as pessoas, pois a cidade deveria estar preparada para os soteropolitanos e para as pessoas que vêm de fora para que percebam o significado da Cultura local. Defendeu que isso é muito rico, é o que o turismo internacional procura e comentou que Salvador e o Brasil têm uma grande dificuldade que é a distância dos grandes polos emissores de turistas, que são a Europa, Estados Unidos e alguns países da África, mas ainda assim dava para ver a quantidade de turistas internacionais que tínhamos junto com outros países bem pequeninhos que recebiam 10, 20, 30 vezes mais do que nós, o Brasil estava patinando com 6 seis milhões de turistas internacionais havia muito tempo. Ponderou que antes se deveria saber o que é que se queria que o turista aproveitasse, portanto a inteligência do turismo cultural teria que partir daqui, não se poderia esperar que as coisas estivessem boas para a gente se a inteligência do turismo viesse deles, logo era necessário estar preparado para mostrar o que o turista desejava da forma que a cidade desejava. Em seguida, o consultor apresentou as fragilidades, que foram: Poucos recursos financeiros disponíveis para a Cultura; Falta de apoio institucional e assistência técnica para agentes culturais; Falta de valorização da produção cultural e de artistas dos bairros; Falta de um fórum específico para a comunicação entre agentes culturais; Dificuldades na divulgação das atividades culturais; Dificuldade na articulação entre agentes culturais e órgãos públicos; Problemas de infraestrutura, segurança e transporte; Editais que não atendem às especificidades dos territórios e Falta de centros culturais e espaços adequados à Cultura. Ernesto Ribeiro afirmou que os territórios Centro/Brotas e Barra/Pituba abarcam uma quantidade absurda de propostas com relação aos artistas de outros territórios. Declarou que no edital que ele pesquisou junto à FGM o território Valéria havia apresentado apenas uma proposta. Lembrou que a questão dos centros culturais demandava uma quantidade muito grande de recursos financeiros e defendeu que a cidade poderia aproveitar melhor os espaços que já existiam, sendo que em todos os territórios já existiam espaços

que pelo menos minimizariam a defasagem entre um território e outro. Em seguida, o consultor apresentou um quadro de sugestões e disse que de tudo o que leram e ouviram em cada território e linguagem, fizeram uma “enxugada” geral para dar algumas sugestões para a cidade como um todo: Criação dos Conselhos Comunitários de Cultura nos territórios; Profissional de Cultura nas Prefeituras-Bairros; Direcionamento dos editais de Cultura para os territórios; Facilitação para empresas privadas apoiarem a Cultura; Construção de centros de Cultura e direcionamento de espaços já existentes para a Cultura; Facilitação para a utilização cultural de espaços públicos; Apoio aos grupos já em atividade constante; Cadastro, treinamento e assessoria técnica para agentes culturais; Calendário unificado de atividades culturais dos territórios; Desenvolver o turismo cultural e de base comunitária. Ressaltou que os agentes culturais dos territórios clamavam porque a comunicação entre eles e os órgãos públicos não era nada facilitada e sugeriu a criação de conselhos comunitários de Cultura, que seriam fóruns para discutir sobre a Cultura. Ian Mariani lembrou que os Conselhos Comunitários eram abertos para qualquer representante de qualquer segmento, a exemplo do Conselho Comunitário da Prefeitura-Bairro Centro/Brotas, na qual dos 10 conselheiros 6 eram de segmentos da Cultura. Disse que não avançaria na discussão sobre a criação de um conselho da Cultura, mas precisaria que as pessoas da Cultura se inserissem na questão primordial do conselho comunitário. Ernesto Ribeiro declarou que testemunhou coisas incríveis, destacou que os agentes culturais dos bairros não tinham espaço e quando iam para a rua se batiam com um “paredão”, que era a Prefeitura, pois os órgãos públicos não entendiam a utilização dos espaços públicos. Alertou que ao se fazer o Plano Municipal de Cultura se tomasse um pouco de cuidado com os grupos que não eram constantes em atividades e apareciam para editais, sendo que às vezes eram muito mais organizados do que aqueles que estavam em atividade durante o ano inteiro e não conseguiam se habilitar corretamente nos editais. Ernesto Ribeiro lembrou que alguns anos atrás o Governo Federal lançou alguns editais e os Governos Estaduais participavam deles, que se chamava Brasil Criativo, sendo que aqui na Bahia era chamado de Bahia Criativa, que visava cadastrar, treinar e dar assessoria técnica aos agentes. Declarou que conhecia bem o edital porque a Cria Rumo foi uma das empresas que ganharam licitação para trabalhar no Bahia Criativa, passaram 2 ou 3 anos no Forte do Barbalho atendendo agentes culturais da Bahia toda e dava um resultado incrível. Em seguida, o consultor informou que das 39 linguagens que foram trabalhadas, citadas no termo de referência, listaram 14 setores predominantes, que mais apareciam nos 10 territórios, que foram: Artes Visuais, Dança, Música, Teatro, Culturas Negras, Culturas Populares, Literatura, Artesanato, Bibliotecas, Cultura LGBT, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material, Gastronomia e Audiovisual. Destacou que a Cultura Negra perpassava todas as outras linguagens. O presidente perguntou quem gostaria de fazer perguntas. Eduardo Matos disse que já conversou com a equipe do Plano Municipal de Cultura para, na ocasião adequada, tendo o cronograma do projeto, poder sentar, tirar dúvidas sobre o documento. Ernesto Ribeiro disse que estava aberto para esclarecer e ir à reunião quantas vezes precisassem. Marcos Viana disse que ficava muito feliz de ver o diagnóstico e ver que apareceram nos

setores predominantes Bibliotecas e Literatura e disse que gostaria de dizer que na verdade aquilo acontecia por conta de um forte movimento que houve em torno do Plano Municipal de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB), sendo que a metodologia foi semelhante àquela utilizada pela consultoria, foi um momento de escuta, de reunir as pessoas dos territórios e naquele momento existia um grande movimento no município que dizia respeito às bibliotecas comunitárias, foi uma grande cadeia de pessoas que foram formadas mediadores de leitura e disse que isso o gratificava muito porque na verdade ele havia ido para o CMPC na atitude de fazer com que essa linguagem se fortalecesse no município. Ressaltou que não havia bibliotecas em todos os territórios, mas havia pessoas que estavam defendendo, “segurando a peteca” e querendo fazer as coisas acontecerem de verdade. Defendeu que a sua luta era que o Município de Salvador passasse não só a apoiar a cadeia de mediadores, as pessoas que estavam nas bibliotecas comunitárias, mas que também saísse dessa situação tão difícil, pois naquele momento só havia uma biblioteca pública municipal. Considerou isso vergonhoso para a cidade e disse que estava contextualizando para que as pessoas que participassem da construção do Plano Municipal de Cultura levassem em bastante consideração o movimento do PMLLB, que foi encampado na época pela Vice-Prefeita Célia Sacramento. Ernesto Ribeiro disse que ficou muito feliz com a surpresa e disse que se lembrava bem de uma participante das bibliotecas comunitárias, D. Carla, que fazia parte de um grupo que estava presente em todas as reuniões, apresentando os territórios do ponto de vista das bibliotecas. Em seguida, o Presidente agradeceu a participação de Ernesto Ribeiro e disse que participou de uma das oficinas no Subúrbio e disse que esperava que a equipe de construção do Plano aproveitasse o documento e pudesse tirar as dúvidas com o consultor. Depois, a consultora para a elaboração do Plano Municipal de Cultura, Kátia Costa, disse que iriam fazer parte de um ciclo bem grande de reuniões com os Conselheiros no processo de construção do PMC. Avisou que iria dividir a fala com a parceira de trabalho, Luana Vilutis, mas antes de mais nada ela destacou a importância da apresentação da Cria Rumo sobre o diagnóstico porque ela já estava mais ou menos com 70% ou 80% do documento sistematizado e viu muita convergência com o que foi falado. Disse a Ernesto Ribeiro que tinha alguns desafios nesse processo de entender e construir o Plano de fato que viessem dar conta de alguns pontos que eram essenciais e necessários para o desenvolvimento cultural que Salvador tanto precisava e demandava, mas ela entendia que havia uma coisa que era importante ressaltar, que foi a predisposição dos atores envolvidos, primeiro da FGM, no sentido de emprestar o desafio porque não era simples, o CMPC se engajar no processo porque não dava para fazer um Plano sem o engajamento do Conselho que pudesse realmente refletir a realidade local e por sua vez de todos os agentes culturais da cidade. Disse que na agenda haviam programado fazer uma oficina naquele dia, mas em uma reunião de realinhamento com a FGM acharam pertinente naquele dia levar uma fala específica sobre a etapa de trabalho que focariam naquele momento. Em seguida, reforçou a importância do PMC dentro do contexto do Sistema Nacional de Cultura, que foi uma quebra de paradigmas nas políticas culturais brasileiras, sendo que

primeiro foi pensado de uma forma sistêmica, depois teve um compromisso a partir dos seus princípios com a participação e a diversidade cultural, ou seja, ele propunha que se pensasse uma política nacional integrada de forma compartilhada de modo que a sociedade e o poder público trabalhassem conjuntamente para isso e essa política viesse de verdade olhar a cultura a partir da sua diversidade. Explicou que não entendia a diversidade cultural apenas como diferentes formas de estética, mas como diferentes formas de manifestação cultural com o propósito de gestão também de diferentes maneiras, cada um dentro do seu segmento, do seu setor com um modo de se colocar dentro da dinâmica cultural. Explicou que naquele dia iria basicamente trabalhar 5 pontos com os Conselheiros: 1) Apresentação do roteiro metodológico, que foi construído a partir da necessidade da importância que o Ministério da Cultura viu de apoiar municípios e estados para a construção do Plano, a partir do qual a UFBA construiu a metodologia do plano que ela iria passar rapidamente porque iriam se aprofundar nesse aspecto lá na frente. 2) Análise da Situação Atual (o que é, quem participa, quais atividades estavam construindo junto com a FGM e o CMPC, qual o papel de cada um); 3) Atribuições e papeis; 4) Formulário com o questionário que foi enviado aos Conselheiros e 5) Próximas atividades. Informou que a Metodologia de elaboração do PMC foi constituída de 5 etapas: 1) Análise da Situação Atual, com a Caracterização do Município e o Diagnóstico Cultural, ou seja, todas as informações levantadas para o diagnóstico iriam subsidiar essa etapa; 2) Futuro Desejado - o que nós queremos, sendo que a partir das informações levantadas, definir como iriam delinear a política cultural, quais os principais pontos, o que de fato iriam tirar para serem objetivos e diretrizes para a política cultural; 3) Projeção do Futuro, ou seja, materializar através das metas e ações quais eram os projetos e atividades que seriam desenvolvidos e dariam conta da necessidade ou do escopo de temas e de perspectivas que esse Plano trazia e depois os resultados, que estavam diretamente relacionados às metas, sendo que a consultoria iria trabalhar junto à FGM até esse ponto; 4) Prazos e Recursos, quando iriam estimar prazos e recursos para a conclusão de cada meta e ação e 5) Monitoramento, com indicadores e modelos de gestão, que seria feita após o trabalho da consultoria pela equipe da FGM. Em seguida a consultora informou que já estavam trabalhando a Etapa 1 – Análise da Situação Atual, constituída pela Caracterização do Município e do Diagnóstico Cultural, sendo que foram utilizados como principais subsídios os documentos municipais, que foram: Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural; Legislação Municipal, identificando a relação que cada lei tem com a Cultura; Contribuições da consulta do CMPC; Relatório de Gestão FGM – 2013/2016; Planejamento Estratégico de Salvador – 2017/2020; Conferências Municipais de Cultura; Pesquisas, informações e dados municipais. Acrescentou que para o PMC não apenas esses documentos norteavam o processo e isso seria visto mais para frente. Kátia Costa informou que, tendo em mãos esse subsídio, seriam construídos o texto da Caracterização do Município, que diria quem é a cidade de Salvador, quais as suas dinâmicas e como elas estão relacionadas com o campo da Cultura. Disse que a caracterização seria elaborada a partir de alguns aspectos, que eram Históricos; Físicos, geográficos e ambientais; Demográficos; Econômicos; Sociais e Políticos e Institucionais, sendo que se

devia identificar como esses aspectos tinham relação com as dinâmicas culturais, e não estavam só relacionados com as manifestações, mas com modos de fazer, pensar, dizer, o que se constituía um desafio. A consultora explicou que depois de todas essas informações seria construído o Quadro Síntese da Análise da Situação Atual, que significava como estavam exatamente. Disse que a metodologia do PMC trabalhava com Fragilidades/Obstáculos e Vocações/Potencialidades. Informou que a consultoria já estava realizando esse trabalho, que seria encerrado no dia 14 de agosto. Em seguida, a consultora apresentou uma relação de documentos municipais, estaduais, nacionais e internacionais que foram encaminhados aos integrantes da Comissão de Articulação e tinham incidência sobre o PMC. Foram eles: Propostas de Conferências de Cultura e outras formas de participação; Metas do Plano Nacional de Cultura e do Plano Estadual de Cultura; Proposições de outros planos municipais, estaduais e federais; Dados de instituições oficiais e Estudos e Pesquisas sobre o município. Luana Vilutis complementou que a intenção do documento do Plano Municipal de Cultura de Salvador era identificar em suas metas relações com outros documentos, seja de transversalidade, a exemplo do Plano Municipal de Promoção à Diversidade e Combate à Homofobia, ou com as metas do Plano Nacional de Cultura, contribuindo para o alcance de outros planos, já que a Cultura estava em permanente diálogo, interceptando com outras áreas, tanto com nos âmbitos federados e a política nacional e estadual, como também com outras políticas municipais. Complementou que a intenção desse compilado de documentos era para que se pudesse lá adiante no Plano estabelecer essa conexão e essa relação. Kátia Costa citou ainda documentos internacionais, como a Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade Cultural e a Declaração Universal dos Direitos Humanos que seriam consultados conforme surgisse a necessidade. A consultora explicou que a partir dos documentos e análises e sistematizações seriam apresentados 2 quadros das categorias de análise das Vocações/Potencialidades e Fragilidades/Obstáculos, em seguida seriam construídas na oficina que seria realizada em setembro Diretrizes que seria desmembradas em Objetivos, Metas, Ações e Resultados. Luana Vilutis disse que estava exatamente no momento em que as informações seriam compiladas para serem resumidas e sintetizadas em um quadro com Vocações/Potencialidades e Fragilidades/Obstáculos, em seguida as diretrizes formuladas seriam propostas baseadas nesses documentos em que a Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC poderia discutir, lapidar, melhorar na oficina, compreender como se formulava uma diretriz, para que servia uma diretriz e então definir de acordo com esse conjunto de documentos qual seriam as diretrizes mais adequadas. Explicou que as diretrizes funcionavam como um guarda-chuva, diziam respeito ao Plano como um todo, eram passos no horizonte daquilo que realmente o Plano como um todo precisava adotar. Exemplificou a Promoção da Diversidade Cultural como uma diretriz porque iria reunir um conjunto de metas, ações e objetivos, ela iria dizer respeito ao Plano como um todo. Já os objetivos se relacionariam com algumas metas, que por sua vez se relacionavam com algumas ações bem pontualmente e se teriam resultados específicos. Afirmou que se tinha um desdobramento bem horizontal do Plano, sendo que cada meta seria uma linha

que tinha um conjunto de ações relacionadas, que tinha um conjunto de resultados relacionados e esse desdobramento que era lógico, analítico com base nas informações seria construído na oficina com a comissão do Conselho a partir dos subsídios que a consultoria junto com a FGM iriam apresentar para as reuniões de trabalho no dia 11 de setembro. Ressaltou que os desafios que tinham eram organizar as informações para que elas dessem os subsídios para as diretrizes, objetivos e metas e depois, num trabalho mais executivo de elaboração de um instrumento de planejamento, seriam formuladas as ações em janeiro com a FGM para depois levar ao CMPC para discussão e validação no final de janeiro. Disse que quando se falava de uma coerência interna do documento queria dizer que quando chegassem nas ações elas teriam que estar respaldadas desde o início, na votação das potencialidades e alertou que não poderia ter uma ação lá na frente do documento que falasse sobre espaço público e artistas de rua, por exemplo, e não se tivesse nada sobre artistas de rua no Diagnóstico, na Análise da Situação Atual ou não se tivesse nenhuma meta relacionada a algo diretamente vinculado a isso. Perguntou como poderiam olhar para o Plano tanto no sentido de frente para trás, quanto de trás para frente, comentou que o documento precisaria ter coerência interna por isso o trabalho que estavam fazendo no início, com a realização de uma série de reuniões com a comissão do PMC e a FGM, além da sistematização das informações, era fundamental para que o Plano tivesse coerência, pois seria como um grande alicerce do Plano. Comentou que se não tivessem um bom alicerce, um bom ponto de partida, uma boa compreensão de que momento estavam, de onde estavam partindo para projetar esse futuro, não se conseguiria depois sequer monitorar o Plano, não se saberia qual seria a referência original. Reforçou que aquele momento que estavam era importante para garantir depois a coerência interna, ter subsídios e projetar um Plano coerente que tivesse boa solidez e boa estrutura, sendo esses os principais desafios daquele momento. Kátia Costa comentou que essa construção iria se dar em 2 momentos, o primeiro seria em setembro, com a realização da oficina de construção junto com a Comissão do Plano, sendo que guardaram 40 horas, divididas em 2 semanas. A consultora informou que na primeira etapa das oficinas seriam trabalhadas as metas e depois seria feita a consulta pública que seria desdobrada em 2 momentos, a consulta pública online e os encontros presenciais. Em seguida, seria reorganizada toda a documentação e em janeiro seria realizada uma oficina interna com a FGM para elaborar as ações, apenas com o órgão municipal, porque as ações já teriam uma relação direta com o orçamento, portanto era preciso trabalhar com a FGM para construir ações realmente exequíveis, depois o documento voltaria ao CMPC para validação. Kátia Costa disse que houve realinhamento de atividades e apresentou a agenda do Conselho e da Comissão do Plano para os trabalhos da etapa Análise da Situação Atual, sendo que ao término dessa etapa, ela iria apresentando as agendas subsequentes. Com a Comissão do PMC, no dia 17 de junho havia sido realizada uma reunião de planejamento e teria outra reunião, das 10 às 13h, no TGM para apresentação e discussão do quadro síntese da Análise da Situação Atual. Comentou que o quadro síntese era um trabalho extenso, muito analítico. Luana Vilutis acrescentou que por ser um trabalho muito técnico, estariam em reunião de trabalho, formulação, discussão

e se pensou em ter um momento em que os participantes estivessem mais descansados. Informou que houve mudança de data da reunião, antes prevista para o dia 31 de julho, e pediu que os participantes da Comissão recalculassem as agendas e garantissem a presença porque seria muito importante. Disse que teriam o primeiro momento para conseguirem consolidar um conjunto de informações que Ernesto Ribeiro havia levado e toda a documentação que foi citada em um quadro síntese, além da realização de dinâmicas em grupo para que pudessem olhar o material, discutir, propor e apresentar contribuições. Em seguida, Kátia Costa apresentou a agenda com o Conselho: 03/07 – Apresentação do Planejamento do trabalho; 07 a 27/07 – Consulta de contribuições para a Etapa I do PMC; 24/07- Apresentação do Diagnóstico; Etapa I do PMC – Análise da Situação Atual; 07/08 – Entrega da Etapa I; 14/08 – Validação da Etapa I. Lembrou que foi enviado a todos os Conselheiros o formulário para receber contribuições dos Conselheiros sobre o Diagnóstico do Desenvolvimento Cultural que ainda estava acontecendo, sendo que foi lançado no dia 7 e seria encerrado no dia 27 de julho. Insistiu que os Conselheiros abrissem o formulário e preenchessem e disse que se tivessem dúvidas eles tinham os e-mails da FGM e da consultoria, sendo que havia sido encaminhado um lembrete convidando os Conselheiros a preencher. Ressaltou que era importante a contribuição de todos, que deveria ser feita a partir do lugar de fala de cada um, do território ou segmento que cada um representava. Explicou que no dia 24 de julho seria realizada a apresentação da Etapa 1 – Análise da Situação Atual, que seria composta pela Caracterização do Município e pelo quadro síntese. No dia 7 de agosto, a consultoria entregaria por e-mail o material para que os Conselheiros lessem, discutissem, refletissem e no dia 14 de agosto seria a data extra para a qual estava sugerindo uma reunião extraordinária, sendo que até aquele momento ninguém havia se oposto, para que pudessem validar a Etapa 1. Disse que se a reunião ordinária fosse deixada para o final de agosto isso atrapalharia o processo seguinte, pois não poderiam caminhar se não estivessem com o documento da primeira etapa consolidado. Agradeceu a atenção do CMPC nesse sentido. Luana Vilutis explicou que a validação da Etapa 1 significava que o Conselho iria olhar o quadro síntese que já teria sido apresentado para a Comissão do Plano no dia 1 de agosto e enviado aos Conselheiros no dia 7 de agosto, sendo que o Conselho teria a possibilidade de apresentar contribuições, discutir, alterar, propor e validar. Discorreu que uma vez validado o documento, ele seria o insumo do que viria adiante, do que seria trabalhado na oficina de elaboração de diretrizes, metas e ações. Seria o momento em que se encerraria toda a parte da coleta de informações do momento em que estavam, como estava a política cultural do Município, o desenvolvimento cultural, passando então adiante, por isso era muito importante contar com a participação dos Conselheiros. Em seguida, Luana Vilutis apresentou as atribuições e papéis da Etapa 1 - Análise da Situação Atual. Informou que a FGM tinha o protagonismo, liderava o processo, coordenava os trabalhos, mobilizava Conselheiros e toda sua equipe e outros agentes para participarem das reuniões, fazia todo trabalho de articulação político-institucional e salientou a importância de envolver a Câmara de Vereadores, além disso a FGM divulgava o processo “botava o bloco na rua”, informava as datas, convocava

as pessoas e redigia o texto da Caracterização do Município. Disse que a consultoria estava acompanhando o trabalho da FGM, sendo que Viviane Ramos e Plutarco Drummond estavam à frente do processo com muita propriedade e muito conteúdo, formulando e a consultoria revisava, orientava e contribuía, informou que os Conselheiros também teriam acesso ao documento quando fosse feita a validação da Etapa 1. Já consultoria estava trabalhando na sistematização da análise documental, na elaboração dos instrumentos metodológicos, na orientação e revisão do texto da Caracterização do Município e na consolidação do documento na sua primeira etapa. Disse que ainda havia dois atores fundamentais do processo, sendo um a Comissão do PMC que faria a leitura do Diagnóstico Cultural, do livro da metodologia do Plano e de um conjunto de documentos e ressaltou a importância de que os integrantes da comissão estivessem apropriados dos documentos, principalmente para participar da oficina. Disse que a consultoria iria passar orientações metodológicas, mas era necessário um estudo prévio, pois não era possível dar conta de todo conteúdo na oficina, portanto quanto mais apropriados estivessem, melhor o trabalho fluiria. Destacou que o conhecimento sobre os documentos não serviria apenas para a construção do PMC, mas também para o planejamento estratégico, planejamento dos grupos culturais dos Conselheiros e até para elaborar projetos, pois seria importante escrever o objetivo, as metas e ações do projeto. Disse que aprenderiam como formular corretamente uma ação para que não fosse confundida com uma meta, a diferença entre diretrizes e objetivos e salientou que no livro da metodologia tinha “o caminho de algumas pedras”, mas não existia apenas um caminho. Disse que elas contribuíram com a construção da metodologia, frisou que existiam outras, mas consideravam essa bastante adequada. Além disso, a Comissão do Plano deveria participar da consulta sobre o Diagnóstico Cultural, das reuniões de trabalho e seriam responsáveis pela validação da Etapa I do PMC. O outro ator do processo de construção do PMC era o CMPC, que também deveria ler o Diagnóstico Cultural, participar da consulta sobre o Diagnóstico Cultural e mobilizar os setores, segmentos e territórios de representação. Comentou que a mobilização era fundamental, estava iniciada naquele momento, mas o trabalho seria intensificado até a consulta pública no mês de outubro e era importante que os Conselheiros divulgassem aos seus territórios, comesçassem a tratar do tema do Plano porque teria um momento de abertura da consulta pública e quanto antes conseguissem divulgar o processo, melhor. Kátia Costa acrescentou que quando os Conselheiros lessem o livro de metodologia do Plano eles veriam que ele tinha um roteiro estabelecido pelo Ministério da Cultura e no outro eles veriam que o roteiro metodológico era um pouco diferente porque no processo desde 2012 foi elaborada a metodologia e o projeto passou por 3 etapas, sendo que a cada ano, a cada etapa do projeto a metodologia foi amadurecendo. Comentou que a partir do que viveram junto com os municípios perceberam que era necessário não só aprimorar os conteúdos, foi preciso fazer ajustes na metodologia, de modo que os municípios conseguissem efetivamente criar um plano possível. Disse que iriam ver essa diferença e era só para registrar esse amadurecimento. Em seguida a consultora mencionou a consulta pública e disse que naquele dia levou rapidamente os dados parciais: 115 acessos ao formulário e apenas 14

contribuições (6 Poder Público, 8 Sociedade Civil). Ressaltou que era necessário que os Conselheiros se apropriassem dos espaços que estavam sendo abertos para a participação e disse que além de brigar para se ter acesso à participação era importante se apropriar. Destacou que não era um questionário de 10, 15 perguntas, os Conselheiros deveriam dizer o nome, a representação no CMPC como Poder Público ou Sociedade Civil, informar se era suplente ou titular, qual o segmento ou território que representavam e em qual das linguagens e setores que estavam relacionados no diagnóstico gostariam de fazer uma contribuição, sendo que poderiam contribuir com a quantidade de linguagens e setores que quisessem. A consultora solicitou aos que não podiam ler todo o diagnóstico, que lessem aquele referente ao segmento ou território que representavam. Disse que não esperava que os Conselheiros escrevessem textos de 2, 3 laudas, mas que fossem pontuais. Luana Vilutis complementou que era muito importante que os Conselheiros que contribuíssem colocassem as fontes de onde estavam fazendo as sugestões, fosse de uma pesquisa que tivessem realizado ou de qualquer outra prática da sua própria experiência, o que não seria problema, elas considerariam legítimo, pois eram Conselheiros de Cultura, mas era importante que tivessem esse dado. Assim, solicitou que quando os Conselheiros colocassem a contribuição informassem a procedência e disse que não estavam esperando informações com referências bibliográficas, mas era importante saber de onde a informação estava sendo apresentada, pois quando fossem fazer um olhar de trás para frente teriam que ter as fontes das informações e não um relatório de legitimidade, assim pediu que fizessem as contribuições com rigor. Paulo Hermida disse que era do Poder Público e não estava diretamente vinculado a uma determinada linguagem ou território para apresentar contribuições a respeito das linguagens e territórios. Disse que havia acessado, respondeu e mais tarde ficou no meio do caminho. Luana Vilutis disse que aquela consideração era muito importante, pois quem achava que faltava espaço para se colocar alguma contribuição e por alguma razão o questionário não se adequou deveria formalizar isso, mandar por e-mail, pois a consultoria buscava contemplar e não restringir. Mencionou que o formato de formulário online lamentavelmente tinha uma limitação de atrativo e a consultoria achou que a quantidade de áreas e territórios era suficiente e se não fosse, solicitou aos Conselheiros que enviassem as contribuições por e-mail dentro do prazo, que era 27 de julho. Informou que a consultoria estava fazendo um esforço com um mutirão de sistematização e contemplaria todas as contribuições e não era porque o formulário eventualmente não agradou, não atendeu, que ficariam restritos na participação. Kátia Costa comentou que o diagnóstico apontava um quesito fundamental, que era a questão da intersetorialidade e a transversalidade e mesmo que alguém do Poder Público não estivesse obviamente representando nenhum território, ele teria informações nos projetos sociais que o setor dele desenvolvia e porventura poderiam ser levados ao questionário informações sobre isso, e exemplificou o projeto da Prefeitura Salvador 360º, em que se via claramente que tinha interface com a Cultura. Declarou que com certeza a SALTUR teria muitas contribuições para o diagnóstico e disse que poderiam pegar esse gancho. Informou que estava à disposição dos Conselheiros desde o dia 7 de julho para tirar qualquer dúvida e

receber também as críticas e na última semana haviam sido desenvolvidas algumas estratégias de divulgação elaboradas pela FGM, sendo que o presidente da instituição, Fernando Guerreiro, ligou, mobilizou, chamou o pessoal e em uma reunião ele mandou o vídeo do Conselheiro Suplente do território de Valéria, José Domingos, que ela considerou sensacional, pois mobilizava a comunidade a se inserir no processo de construção do Plano e pediu que os Conselheiros também fizessem o mesmo. Disse que era preciso dar vida àquele negócio e colocar o que só o povo da Cultura poderia colocar. Em seguida, Luana Vilutis disse que, encerrada a Etapa 1, depois que a consultoria enviasse por e-mail o documento a eles no dia 7 de julho, os Conselheiros deveriam lê-lo e validá-lo no dia 14 de agosto. Informou que iniciariam a elaboração das Etapas 2 e 3, que eram a Projeção e Operacionalização do Futuro Desejado junto com a Comissão do Plano na oficina nos dias 11, 12, 18 e 19 de setembro e validariam o documento com Diretrizes, Objetivos e Metas na reunião do CMPC no dia 25 de setembro. Informou que depois da reunião de agosto os Conselheiros já receberiam o documento que iria para a consulta pública, então uma vez validado o documento no dia 25 de setembro, o próximo passo seria consolidar com as contribuições que eles fizessem e colocar o documento para a consulta pública e assim conseguiriam avançar com a participação do restante da Sociedade Civil e os representantes municipais. Depois Fernando Guerreiro disse que, como Presidente da FGM, teve algumas questões de ajuste interno que já foram resolvidas e deixou claro que o Plano ficaria pronto com ou sem o Conselho e disse que estava dando a oportunidade, destacou que quanto mais o Conselho participasse, mais legítimo seria o Plano sem dúvida alguma, mas existia um prazo, uma meta, uma consultoria contratada que iria terminar o Plano. Ressaltou que o fato de estarem insistindo na participação dos Conselheiros o tempo todo era porque eles achavam fundamental os Conselheiros participarem enquanto personalidades que trabalhavam com a Cultura e principalmente enquanto representantes de linguagens, territórios e o Poder Público, então isso significava uma responsabilidade. Disse que quanto mais tivessem contribuições dos Conselheiros, ótimo, mas de outra forma o Plano caminharia do mesmo jeito. Lembrou que os Conselheiros discutiam o tempo todo que o Plano de Cultura ultrapassaria governos e era a garantia para quem quer que assumisse e disse que ele e todos os representantes do Poder Público passariam, menos os concursados. Declarou que enquanto gestor da FGM queria deixar o Plano Municipal de Cultura como legado para o Município de Salvador, entendia que tinha uma postura política que deveria ser feita e afirmou que a elaboração do PMC naquele momento era uma forma de resistência, quando se tinha um candidato que estava dizendo que iria acabar com o Ministério da Cultura, uma loucura total. Disse que aquele era um momento de resistência grande e que eles eram profissionais que trabalhavam com isso, sendo que quanto mais essas coisas estivessem organizadas, menos clientelismo e injustiça dentro das seleções e mais critérios técnicos, por mais que isso fosse uma coisa que muita gente não acreditasse e por mais que muita gente realmente precisasse ir para vereador ou deputado para pedir. Afirmou que essa era uma forma como todas as outras que tinha que ser respeitada e declarou que acreditava no critério técnico e na hora que a gestão

não seguisse o critério técnico, ele “pegaria o boné” e voltaria para as suas atividades, que não eram poucas. Disse que esperava que todos colaborassem, que estava fazendo o possível e que tinham ali duas profissionais que realmente eram muito boas no que estavam fazendo, foram avaliadas durante muito tempo e elas tinham a competência reconhecida e recomendou que aproveitassem a presença das duas profissionais para tirar dúvidas e avançar. Lembrou que Salvador, 5 anos antes, não lembrava nem que existia FGM, pois era um local cheio de gente que não queria trabalhar. Afirmou que o Prefeito ACM Neto e o então Secretário da SECULT, Guilherme Bellintani o convenceram a trabalhar na Prefeitura e ele conseguiu transformar o órgão em um órgão decente. Disse que não fez nada de mais, apenas colocou as coisas nos eixos, no entanto ele não poderia prever o que aconteceria depois. Disse que achava que o Plano ficaria como uma legitimação, uma garantia e por isso era muito importante que os Conselheiros estivessem próximos, por mais que fosse chato e trabalhoso. Retomou que a leitura dos documentos era a base para que os Conselheiros elaborassem projetos, pois naquele momento 90% da captação era feita via projetos a níveis nacional, estadual e municipal e isso não iria retroceder, era lei, então o artista, o produtor tinha que entender que era fundamental saber lidar com isso. Acrescentou que era uma oportunidade legal para os Conselheiros perceberem o quanto poderiam otimizar projetos e facilitar as suas vidas. José Marcelo Rios disse que as apresentações que foram feitas naquele dia, tanto do diagnóstico, quanto do processo ajudaram a contextualizar e disse que tinha certeza que todos os presentes tinham muito que contribuir com a experiência da própria área, mas do mesmo jeito que nem sempre os Conselheiros que representavam a Sociedade Civil dominavam o modo como poderiam dar o *input* no sistema para se ter o resultado que se esperava, era bacana ver de quem estava dentro de posições de operacionalização do sistema um esforço de abrir um pouco mais os ouvidos para entender como eles falavam e levavam as demandas. Comentou que os ruídos de comunicação aconteciam muito no espaço da forma dos discursos e não exatamente no conteúdo. Eduardo Matos falou aos que estavam trabalhando nos documentos e informou a realização da apresentação dos resultados da pesquisa realizada pela empresa JLeiva, intitulada “Cultura nas Capitais”, no dia 22 de agosto, das 14 às 19h, no Teatro Gregório de Mattos. Disse que em relação à questão do formulário, poderia ser que muitos Conselheiros estivessem entrado e estado de acordo com o que foi feito pela empresa Cria Rumo, não tendo nada para acrescentar, por isso não deram contribuição. Discorreu que foi contratada uma empresa para fazer o trabalho do diagnóstico e eles poderiam achar que estava completo, pois algumas pessoas não tinham uma leitura total e achavam que o documento já as contemplaria. Disse que achava o canal de comunicação válido e sugeriu que eles ampliassem a participação, mas eles já haviam pagado com o dinheiro público municipal os 4 meses de pesquisa, alertou para que os Conselheiros não entrassem na “loucura” de todo mundo ter que responder e afirmou que não ficassem muito na ansiedade. Kátia Costa respondeu que não estava na ansiedade, mas só reiterava a importância da participação e de se apropriar dos espaços, o que ela considerava fundamental. Esclareceu que ninguém era obrigado a responder e lembrou que

o Conselho era formado por 60 pessoas. Disse que disponibilizaria a apresentação de *slides* para os Conselheiros e que os Conselheiros tinham o contato direto da consultoria, caso precisassem de informações ou de esclarecimento de dúvidas, portanto poderiam enviar e-mail, além de contar com o apoio da equipe da FGM. Reiterou que estavam em um momento com um caráter mais técnico, sendo importante que os Conselheiros comesçassem a falar sobre isso na cidade porque haveria consulta pública, encontros e era importante que se estivessem apropriados do processo. Disse que naquele momento aquela era a maior tarefa do Conselho, o trabalho de articulação, que depois seria mais aprofundado com instrumentos de comunicação. Voz não identificada disse que poderia chegar em sua rede social e dizer que estavam elaborando o Plano de Cultura de Salvador, mas quando se falasse uma coisa dessa em um lugar que reverberasse, as pessoas iriam querer participar e perguntou como colocar esse tipo de informação. Kátia Costa respondeu que aquele era o momento de comunicar e que ela sabia que o assunto iria gerar um debate e muitas discussões, fosse no texto ou fora dele. Ressaltou que os Conselheiros deveriam ser muito claros e objetivos e informar que naquele momento estava sendo feito um trabalho interno técnico e que haveria consulta pública online e presencial em que a comunidade cultural soteropolitana iria poder participar de forma mais efetiva e para que isso acontecesse de forma qualificada era importante orientar a comunidade para que ficasse atenta acompanhando o processo. Ressaltou que haveria críticas, discussões e debates. Luana Vilutis disse que o processo de elaboração do PMC era formativo, de formação política dos agentes e atores culturais da Sociedade Civil e do Poder Público para fazer a interseção mais forte com a Cultura. Orientou que se as pessoas quisessem participar antes da consulta pública, que seria o momento mais legítimo, em outubro, quando se teria uma estrutura, o encontro, a plataforma e as pessoas poderiam participar com ferramentas objetivamente mais fáceis de mobilizar, os Conselheiros sugerissem que elas lessem o Diagnóstico Cultural que estava online e perguntassem se elas tinham interesse em dar contribuições, além de construir um diálogo com elas, dar informações sobre a política cultural de Salvador e convidá-las para as reuniões ordinárias do CMPC. Isa Trigo considerou fundamental a comunicação e pediu que as consultoras fizessem proposições aos Conselheiros, pois além de não terem familiaridade com a dinâmica da construção do Plano, eram assoberbados de atividades e disse que ela precisava de uma fala, de um instrumento comunicacional que fosse da FGM ou da Comissão do Plano que orientasse o tipo de comunicação que ela deveria ter com o público dela. Viviane Ramos respondeu que a comunicação estava sendo pensada e elaborada pela FGM, sendo que em todas as estratégias de comunicação, tudo que seria feito em cada fase seria necessária a mobilização de cada Conselheiro com seus territórios e segmentos. Informou que as estratégias de comunicação seriam apresentadas em breve para a Comissão do Plano e para o Conselho Geral. Isa Trigo mencionou que teria a consulta pública em outubro e disse que esperava que na reunião seguinte da Comissão do Plano já tivessem um encaminhamento de qual era a estratégia de comunicação para os Conselheiros e destacou que eles estavam na “ponta”, as pessoas iriam procurá-la na UNEB, onde trabalhava, e iriam na

casa de Eliade Cardoso, Conselheira Titular do Cabula. Disse que precisava ter isso muito claro em sua mão, pois se tratava de um negócio sério, a consulta de outubro, as pessoas iriam consultar os Conselheiros e eles estavam tendo dificuldades de responder o questionário por uma série de razões as mais plausíveis. Leonardo França disse que a comunicação era uma ferramenta que os Conselheiros poderiam utilizar não só para esse assunto, mas para todos os assuntos, sugeriu criar uma forma de as pessoas acompanharem o que estavam discutindo, já que o assunto era público, como colocar uma câmera e disponibilizar um link e declarou que ele não precisava divulgar na sua página pessoal, já que o Conselho tinha a própria página e a reunião deveria ser compartilhada por lá. Viviane Ramos explicou que não havia entrado em detalhes porque as estratégias de comunicação estavam sendo elaboradas pela Assessoria de Comunicação da FGM junto com a consultoria, mas garantiu que o *blog* do CMPC seria utilizado, assim como a página da FGM e as suas respectivas páginas no Facebook. Disse ainda que seriam criados boletins mensais informativos, *releases* e notícias. Informou que as atas de todas as reuniões eram disponibilizadas no *blog* do Conselho para toda a sociedade e não só para os Conselheiros, portanto tudo que era discutido nas reuniões era publicizado através das atas que eles assinavam. Acrescentou que as estratégias estavam sendo pensadas e as redes sociais seriam utilizadas, assim como estratégias de mobilização em determinados momentos por Conselheiros e contariam em alguns momentos com as Prefeituras-Bairros. O Presidente salientou a riqueza da discussão que estava sendo feita, disse que já eram quase 20h e perguntou onde estava o resto do pleno e defendeu que os presentes deveriam mobilizar os colegas a ficarem até o final, porque ele considerava que a maior estratégia de divulgação eram os Conselheiros. Reconheceu que todos estavam assoberbados de coisas, concordou com a necessidade de já terem pensado nas estratégias de comunicação, mas lembrou que Conselheiros representavam as pessoas que os colocaram no CMPC e eles haviam se colocado à disposição nisso, então as reuniões do CMPC eram abertas para as pessoas poderem tirarem dúvidas e eles eram veículo de comunicação para a sociedade, sendo que precisavam colocar isso em prática, não poderiam ficar esperando tudo chegar pronto. Provocou aos Conselheiros que saíssem da zona de conforto e os convidou a pensar em novas estratégias. Disse que fazia parte de um fórum no Subúrbio e quando chegasse em casa iria comunicá-lo o que ele estava fazendo na reunião, além de pedir ideias e contribuição dos membros do fórum. Disse que todo mundo deveria mobilizar em sua cadeia. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

Salvador, 30 de julho de 2019.



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



- 33. _____
- 34. _____
- 35. _____
- 36. _____
- 37. _____
- 38. _____
- 39. _____
- 40. _____